

ACTA N.º 6
REUNIÃO ORDINÁRIA DE 25-03-2008
REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA

Aos vinte e cinco dias do mês de Março do ano de dois mil e oito, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Aveiro, no edifício dos Paços do Concelho, sob a direcção do Sr. Presidente Dr. Élio Manuel Delgado da Maia e com a presença dos Srs. Vereadores Dr. Luís Miguel Capão Filipe, Dr. Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Doutor Gonçalo Nuno Caetano Alves, Dr.ª Marília Fernanda Correia Martins, Dr. Nuno Manuel Marques Pereira, Dr.ª Margarida Dias Ferreira e Dr. António Rocha Dias de Andrade.

Pelas 20:20h, o Sr. Presidente da Câmara declarou aberta a presente reunião.

FALTAS: - Foi deliberado, por unanimidade, justificar a falta dada pelo Sr. Vereador Eng.º Carlos Manuel da Silva Santos.

O Sr. Vereador Dr. Nuno Marques Pereira entrou mais tarde na reunião.

APROVAÇÃO DAS ACTAS: - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a acta n.º 5.

SALDO DE GERÊNCIA: - A Câmara tomou conhecimento do Mapa de Fluxos de Caixa relativo ao dia 25 de Março de 2008, o qual acusa os seguintes movimentos:

RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS		
Saldo da Gerência Anterior		2.459.655,93€	Total das Despesas Orçamentais		7.672.888,90
Execução Orçamental	1.953.245,88€		Despesas Correntes		5.328.510,60
Operações de Tesouraria	506.410,05€		Despesas de Capital		2.344.378,30
Total das Receitas Orçamentais		7.915.804,50€	Operações de Tesouraria		551.5009,80
Receitas Correntes		6.496.596,42€	Saldo para o Dia Seguinte		2.701.517,95
Receitas de Capital		1.416.443,97€	Execução Orçamental	2.196.161,48	
Receitas Outras		2.764,11€	Operações de Tesouraria	505.356,47	
Operações de Tesouraria		550.456,22€			
Total...		10.925.916,65€	Total...		10.925.916,65

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: - O Sr. Presidente da Câmara deu início à discussão dos assuntos constantes da Ordem do Dia.

REDUÇÃO DOS VALORES DAS TAXAS DE RESÍDUOS SÓLIDOS E SANEAMENTO: - O Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira apresentou a informação n.º 19-AC da Divisão de Desporto, integrada no

Departamento de Educação, Juventude e Desporto, a propor que as Agremiações Desportivas possam ser equiparadas aos utilizadores domésticos, beneficiando assim de uma redução das taxas, nomeadamente as de resíduos sólidos, a saber, 50% na componente fixa e a componente variável, que passa de 0,55€ para 0,35€. Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta.

O Sr. Vereador Dr. Nuno Marques Pereira entrou na reunião.

PROJECTO MUNICIPAL AVEIRO SAUDÁVEL: - O Sr. Presidente, submeteu à consideração da Câmara a informação n.º 2/2008 do Pelouro da Saúde cujo teor a seguir se transcreve:

1. “Introdução e Enquadramento Estratégico

A Saúde é definida, segundo a Organização Mundial da Saúde, como o *estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença*. É, universalmente, admitida como um bem inestimável para o ser humano, justificando empenhados esforços na sua promoção e salvaguarda como direito de cidadania. O conceito de *Saúde para Todos* (SPT) no Século XXI é um conceito de grande amplitude que se rege pelos princípios da equidade, da participação da comunidade, da acessibilidade de todos a cuidados de saúde primários, entre outros. O desenvolvimento deste conceito, a nível local, é de inegável importância. As autarquias deverão assumir-se como um elemento facilitador no estabelecimento de estratégias que visem a promoção para a saúde, pela proximidade e conhecimento que detêm da comunidade que servem. A transferência de competências na área da saúde da Administração Central, que se espera a curto prazo, obrigará, ainda mais, à necessidade de se promover uma gestão mais integrada e criteriosa dos recursos envolvidos, evitando a duplicação de iniciativas coincidentes e, conseqüentemente, o desperdício de meios humanos e económicos.

Neste sentido, como forma de dar resposta aos desafios que se avizinham, torna-se relevante levar a cabo **um trabalho de desenvolvimento estratégico que incluirá a criação de um gabinete autárquico**, para que se assegure o exercício das actuais e eventuais futuras atribuições e competências municipais no âmbito da **Saúde**, asseverando uma permanente e cabal resposta às problemáticas do Município nesta área.

Pretende-se que este projecto, **dirigido por um Director de Projecto**, venha a desenvolver o seu trabalho de forma transversal, promovendo a interligação entre os diversos departamentos, divisões e serviços da autarquia, de forma a assegurar a concretização das políticas definidas na sua área de actuação. Tal como referido anteriormente, este projecto, sob orientação do Vereador do Pelouro da Saúde, pretende promover o planeamento e desenvolvimento de actividades na área da **Saúde**. Terá como pilares basilares da sua actuação a *Promoção e Educação para a Saúde* e o *Desenvolvimento do Plano Municipal de Saúde* no âmbito do qual, entre outros, se definirá o **Perfil de Saúde do Município de Aveiro** e se promoverá o desenvolvimento de planos nas áreas de toxicod dependências, de combate a doenças infecto-contagiosas, prevenção do tabagismo e outras

2. Objectivos Gerais do Projecto

O presente projecto perseguirá o cumprimento, entre outros, dos seguintes objectivos:

- Promover a elaboração do **Perfil de Saúde do Município de Aveiro**;
- Colaborar na elaboração do **Plano de Desenvolvimento Municipal de Saúde**;

- Projectar a criação do **Gabinete Municipal de Saúde** que assegurará o exercício das actuais e futuras atribuições e competências municipais, ao longo do tempo, no âmbito da saúde, a continuidade da implementação e constante revisão do Plano de Desenvolvimento Municipal de Saúde e o planeamento e coordenação das actividades inerentes à área da saúde.

- Promover o cumprimento das obrigações decorrentes da adesão à Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis;

- Promover a implementação das políticas e programas municipais definidos para a Saúde;

- Elaborar e/ou promover a realização de estudos sectoriais que possibilitem e facilitem a tomada de decisão do executivo municipal, assim como contribuir para a definição de prioridades;

- Colaborar na realização de estudo de viabilidade da criação do Gabinete de Medicina Desportiva;

- Contribuir para a melhoria da acessibilidade e da qualidade da prestação de cuidados de saúde primários e secundários;

- Envolver os parceiros institucionais numa participação activa na promoção da saúde dos munícipes;

3. Plano de Acção e Recursos

É apresentado um plano de acção para um período previsível de 3 anos (ver anexo). Está prevista a criação de condições necessárias para que políticas e estratégias delineadas, iniciadas no âmbito deste projecto, não se esgotem ao fim destes 3 anos. O plano apresentado quer-se dinâmico, estando sujeito a alterações. Também é de referir que serão necessários alocar recursos, quer do ponto de vista logístico quer do ponto de vista humano, condição necessária à prossecução do plano de acção.

4. Considerações Finais

A promoção genérica da saúde é responsabilidade de todos, o que implica a procura constante de medidas que promovam a sua melhoria contínua.

No que se refere à prevenção da doença, torna-se indispensável actuar na origem dos problemas de saúde, detectando, precocemente, as suas causas e propondo a terapêutica correcta. Múltiplos problemas de saúde podem ter efeitos colaterais importantes na vida das populações, tornando-se imperioso implementar estratégias de prevenção adequadas.

A existência de múltiplas entidades e organizações não governamentais que desenvolvem a sua actividade em torno de problemas específicos, acumulando saberes e experiência prática, favorecem a implementação de parcerias técnicas, em conjugação de esforços, de conhecimentos e de meios. Na linha deste pensamento, este projecto municipal, certamente, constituirá um instrumento estruturante e transformador de uma realidade que importa melhorar e aprofundar, para que os cidadãos do nosso Município disponham de mais e melhor saúde.”

Tendo em consideração os fundamentos constantes da presente informação, foi deliberado por unanimidade aprovar o Projecto Municipal AveiroSaudável.

Foi ainda deliberado por unanimidade, e por proposta do Sr. Presidente, equiparar o cargo de Director deste Projecto ao correspondente cargo de Direcção Intermédia do 2º grau, nos termos da alínea d) do nº1 do art.º 2º, do Decreto-Lei nº 93/2004, de 20 de Abril.

ANTIGO HOSPITAL DE AVEIRO: - O Sr. Vereador Dr. Capão Filipe, apresentou a Informação nº 29/2008 da Divisão de Museus e Património Histórico, do Departamento de Cultura e Turismo, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta para que a CMA inicie novo processo de obtenção junto ao IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico, da classificação daquele imóvel como "Imóvel de Interesse Municipal".

ESTUDO "CARACTERIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO E ABUNDÂNCIA DA POPULAÇÃO DE POMBO (COLUMBA LIVIA) NA CIDADE DE AVEIRO, E AVALIAÇÃO PRELIMINAR DOS IMPACTOS NEGATIVOS NA QUALIDADE DE VIDA URBANA: - O Sr. Vereador Dr. Capão Filipe apresentou a Informação nº 167.Damb.08, da Divisão do Ambiente, inserida no Departamento de Desenvolvimento e Planeamento Territorial, tendo sido deliberado, por unanimidade aprovar a colaboração da Autarquia com o Departamento de Biologia da Universidade de Aveiro, para a realização estudo em epígrafe.

ESTUDO DO SALGADO DE AVEIRO: - O Sr. Vereador Dr. Capão Filipe solicitou à Dr.^a Maria Alberto Branco, coordenadora Geral da Equipa Técnica da Multiaveiro-Projectos de Informação e Investimento, Lda., para apresentar o estudo "REVITALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO ECONÓMICA DO SALGADO DE AVEIRO", com os resultados, cenários e estratégias para o salgado aveirense. Após a apresentação do estudo em epígrafe, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

HASTA PÚBLICA: - Foi interrompida a reunião, às 21 horas, para se proceder à Hasta Publica, tendo o Sr. **Presidente** informado que esta foi devidamente publicitada pelos editais n.º 31/2008, 32/2008, 34/2008, 35/2008 e 36/2008, afixados nos locais de estilo e publicado nos "Diário de Aveiro" e no "Correio da Manhã".

O Sr. Eng.º José Cruz, Chefe da Divisão de Património Imobiliário, do Departamento de Desenvolvimento e Planeamento Territorial, procedeu à abertura da praça, com a leitura explicativa das condições de venda e edital, aqui integralmente reproduzidas para os devidos efeitos legais, com vista à alienação dos Lotes n.ºs 2, 3, 5, 6 e 7 do Loteamento Municipal de Requeixo; Lotes n.ºs 2 e 4 do Loteamento Municipal de Cacia; Lotes n.ºs 17, 37 e 38 do Loteamento Municipal de S. Jacinto. Relativamente a cada um dos lotes, o Sr. Eng.º questionou se havia alguma pessoa interessada em licitar. Nenhum lanço foi feito, pelo que a praça ficou deserta.

Passou à licitação da Casa n.º 9 do Bairro da Misericórdia da Freguesia da Glória, que foi licitada várias vezes, tendo sido arrematada pelo valor final de 128.000,00€ (cento e vinte e oito mil euros), por ODETE DA CONCEIÇÃO GAMEIRO MARQUES.

E por fim, ofereceu à licitação a Casa n.º 15, Rua 16 de Maio da Freguesia da Glória, para a qual nenhum lanço foi feito.

E nada mais tendo ocorrido neste acto público, o Sr. **Presidente** deu por finda e encerrada a hasta pública.

Período de Intervenção do Público

O Sr. **Presidente** fez menção à presença de mais de 40 cidadãos, fazendo especial agradecimento a todos, e convidando-os a expor os seus assuntos.

Tomou a palavra o **Sr. Pinto**, que agradeceu a abertura do Mercado Manuel Firmino, passando a apresentar o que denominou de “algumas críticas construtivas”.

Solicitou que a Câmara reivindique ao Ministério da Saúde melhorias para o Hospital de Aveiro, nomeadamente ampliar a oferta à população das especialidades médicas, actualmente só disponíveis nos hospitais de Coimbra, bem como a ampliação de espaços para acomodação digna de doentes.

Solicita, também, posição firme da Câmara junto ao Ministério da Educação, para que seja aquele a suportar os ónus da manutenção das escolas do Município.

Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente saudou a presença de 12 elementos do Centro Social de Azurva e sugeriu passar ao item de interesse daquele Centro.

ESTUDO URBANÍSTICO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA IGREJA DE AZURVA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO SOCIAL: - Solicitou o Sr. Presidente ao Eng.º José Cruz que expusesse o estudo, cujo objectivo é a ordenação e a valorização da área envolvida. Terminada a exposição, e de acordo com a Informação nº 119/08, foi aprovado por unanimidade.

PROCESSO DE OBRAS: De acordo com a Informação nº 117/08, da Divisão de Património Imobiliário, do Departamento de Desenvolvimento e Planeamento Territorial, referente ao Processo de Obras nº 301/99, foi proposto que o pagamento das taxas devidas pela GIC – IMÓVEIS E CONSTRUÇÕES, LDA., relativas à alteração ao alvará de loteamento, no valor de 381.092,50€(trezentos e oitenta e um mil, noventa e dois euros e cinquenta cêntimos), seja feito em espécie, mediante a entrega de três parcelas remanescentes. Foi deliberado, por maioria, com quatro votos a favor, do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Dr. Capão Filipe, Dr. Pedro Ferreira e Doutor Caetano Alves, dois votos contra dos Srs. Vereadores Dr. Nuno Marques Pereira e Dr. Rocha Andrade, e duas abstenções, das Sras. Vereadoras Dr.ª Marília Martins e Dr.ª Margarida Ferreira, aprovar a proposta apresentada.

O Sr. **Vereador Nuno Marques Pereira** disse ter as maiores dúvidas que juridicamente os pagamentos possam ser em espécie, lembrando o caso de um circo que pediu para pagar as taxas com bilhetes de ingresso, que foram posteriormente cedidos pela CMA às diversas escolas. Pediu, por isso, que o ponto fosse retirado e, após fundamentação jurídica, novamente submetido à aprovação.

PROCESSO DE OBRAS: De acordo com a Informação nº 118/08, da Divisão de Património Imobiliário, do Departamento de Desenvolvimento e Planeamento Territorial, referente ao Processo de Obras nº 385/98, é proposta a alienação de 220 metros quadrados de terreno, no lugar de Retornos, da Freguesia de Eixo, pertencente à Câmara Municipal, a MARIA DO ROSÁRIO DE JESUS CARVALHO, pelo valor de 48.790,00€ (quarenta e oito mil, setecentos e noventa euros), e destina-se à rectificação da estrema do prédio da requerente, para haver confrontação com domínio público. Foi deliberado, por maioria, com seis votos a favor, do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Dr. Capão Filipe, Dr. Pedro Ferreira e Doutor Caetano Alves, Dr.ª Marília Martins e Dr.ª Margarida Ferreira, e duas abstenções, dos senhores Vereadores Dr. Nuno Marques Pereira e Dr. Rocha Andrade, aprovar a alienação proposta.

ARRANJO URBANÍSTICO DA ENVOLVENTE À IGREJA DAS QUINTÃS: - De acordo com a Informação nº PD 29/DVC/2008 da Divisão de Vias e Conservação, do Departamento de Projectos e Gestão de Obras Municipais, foi deliberado, por unanimidade, abrir concurso público, nos termos da alínea a) do nº 2 do artº 48º do Decreto-Lei nº 59/99, de 2 de Março, pelo valor de 619.000,00€(seiscentos e dezanove mil euros).

Foi ainda deliberado, igualmente por unanimidade, designar a Eng.ª Ana Ferro para fiscal da referida empreitada, e que a comissão de análise de propostas do concurso seja constituída pelos Eng.º Higino Póvoa, Eng.º João Pontes e Eng.ª Ana Ferro.

PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO DA PRAÇA MARQUÊS DE POMBAL: - No seguimento da Informação nº 190/NOT/DJ/2008 da Divisão de Notariado e Contratação Pública, afecta ao Departamento Jurídico, e na sequência das anteriores deliberações desta Câmara Municipal, datadas de 13 e 20 de Março de 2003, relativas à proposta de reequilíbrio económico-financeiro do contrato apresentado pela CPE- Companhia de Parques de Estacionamento, S.A., em 21 de Novembro de 2003, a solicitar o ressarcimento da empresa relativamente a custos resultantes das alterações ao projecto de arquitectura dos arranjos exteriores da Praça Marquês do Pombal e após a avaliação dos custos efectuada pelos técnicos desta Autarquia, nomeadamente através das informações do DPGOM/DAP, datada de 29 de Março de 2004; informação da DEF nº 251/DEF/09-2004, datada de 17/09/04 e da informação do DJ nº 665/DJ/2004, datada de 6 de Novembro de 2004, foi deliberado por maioria, com as abstenções dos Sr.s Vereadores Dr. Nuno Marques Pereira e Dr. Rocha Andrade, assumir os custos a mais decorrentes das referidas alterações, nos seguintes termos:

- Aceitar o valor de 399.384,00€ apresentado pela CPE referente às alterações realizadas na Praça (arranjos Urbanísticos e construção do Café Bar), conforme discriminado na informação DPGOM/DAP, datada de 23 de Setembro de 2004, que inclui custos com demolição e novo projecto da nova área comercial (no total de 314.956,66€) e arranjos urbanísticos exteriores (no total de 84.427,00€);
- Relativamente à perda de receita invocada pela empresa no valor de 395.197,66€ acrescidos de IVA, conforme dados retirados da informação nº 251/DEF/09-2004, datada de 17 de Setembro de 2004, aceitar o valor de 58.737,92€ que considera a redução da área (cerca de 30 metros quadrados) e a diminuição do tempo de arrendamento (atraso no início do arrendamento)

CARTA DO PATRIMÓNIO CULTURAL DE AVEIRO: - No uso da palavra, o Sr. Vereador Dr. Capão Filipe pediu a intervenção da Dr.ª Gabriela, da Divisão de Museus e Património Histórico, do Departamento de Cultura e Turismo, para fazer a apresentação da estrutura do documento/instrumento de planeamento e gestão do Património Cultural, cuja missão é a de “conhecer para gerir o património cultural” de Aveiro. Foi deliberado, por unanimidade aprovar o documento em análise.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos Srs. Vereadores

O Sr. Vereador **Dr. Nuno Marques Pereira** tomou a palavra para fazer, em primeiro lugar, dois registos, duas notas negativas: a primeira, para dizer do hábito desta Câmara Municipal de “fazer ouvidos de mercador” às recomendações relativamente ao método utilizado nas hastas públicas, manifestando, portanto a sua discordância, dizendo não serem processos transparentes, sem que isso venha ferir a honorabilidade das pessoas. A segunda, para dizer que os convites para a inauguração da Feira de Março chegaram somente nesta data, razão pela qual solicita que tal facto seja registado nesta acta, marcando o protesto pela total falta de cuidado com que são tratados estes assuntos e pelo que já não é necessário agradecer tal convite. Criticou a forma como a Câmara tem tratado os assuntos relativos à Educação, mencionando o problema com que foi abordado por dois encarregados de educação, relativamente à aquisição das senhas de refeição, que eram feitas de uma determinada forma, e a Câmara alterou essa forma, mas teve de recuar, sensatamente, por sinal, mas dando a impressão de tratar esses assuntos sem a devida ponderação, antes de tomar as decisões. Assim, dado que está prevista reunião com os encarregados de educação, com a finalidade de que as senhas não sejam adquiridas nas escolas, sugere que essa aquisição venha a ser feita nas juntas de freguesias, discordando de que a aquisição de senhas seja através de livretes de senhas, dadas as dificuldades económicas de alguns encarregados de educação.

Outra questão levantada prende-se ao facto de haver elevado nível de prostituição verificado na Cidade de Aveiro, tendo abordado o assunto com a Junta de Freguesia da Vera Cruz, estando ciente de que há entidades sensibilizadas para o problema, e que tem havido reuniões sobre o tema. Verificou, pessoalmente, ao procurar estacionamento na zona do Rossio, à noite, quando contou mais de uma dezena de mulheres. Também para dizer que a este fenómeno se associam outros de pequena criminalidade, gerando uma sensação de insegurança, numa zona histórica, que é uma sala de visitas de Aveiro, pelo que deveria merecer uma especial atenção da Câmara, congregando entidades, como a Junta de Freguesia, a Igreja, a Caritas, a PSP, para minimizar esse impacto e procurar soluções para essas pessoas, enquanto seres humanos.

Finalmente, referiu ao recente diagnóstico sobre a mobilidade em Aveiro, no âmbito do plano municipal sobre a mobilidade, destacando as diversas taxas de ocupação dos vários parques de estacionamento gratuitos, em que uns estão superlotados e outros com reduzidíssima taxa de ocupação. Nos arruamentos, especialmente na Vera Cruz, o estacionamento é caótico e feito muitas vezes de forma ilegal, dificultando a circulação de automóveis e peões. A taxa de ocupação do estacionamento oneroso é elevada na superfície e muito baixa nos subterrâneos. Conclui-se que as pessoas estacionam no centro da cidade, nos locais gratuitos, de forma desordenada e ilegal, deixando vazia a oferta fora da malha urbana. Critica a forma como a actual administração tem tratado o problema, inclusive por não dar continuidade a medidas que vinham sendo adoptadas, no sentido de conscientizar os cidadãos para a necessidade de utilizarem menos os automóveis e mais os transportes públicos. Lembrou que foram, nesse sentido, criadas as BUGA, os táxis da Ria, uma empresa para tratar da mobilidade, foram tornadas pedonais algumas ruas, construíram-se pistas para as bicicletas. Aveiro foi integrada na rede de cidades e vilas com mobilidade para todos. Comemorou-se o Dia Europeu sem Carros e a Semana Europeia da Mobilidade. Todas essas iniciativas não estão a ter a devida continuidade e algumas deixaram de

ser feitas totalmente, o que leva a crer que o tema mobilidade não seja mais uma prioridade da coligação que governa a Câmara, como se pode depreender de uma análise ao Plano de Mobilidade.

. De seguida, o **Sr. Presidente** solicitou esclarecimento ao Sr. Vereador Dr. Nuno Marques Pereira, quanto à crítica apontada aos procedimentos adoptados nas hastas públicas, solicitando mais clareza e transparência nas críticas, ao que o Sr. Vereador Dr. Nuno Marques Pereira remeteu o assunto para a acta em que o Sr. Vereador Dr. Rocha Andrade fez uma intervenção precisamente sobre esta matéria e que nada mais queria esclarecer, tendo o Sr. Presidente concluído serem correctos os procedimentos seguidos nas hastas públicas.

O **Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira** disse, quanto ao processo de aquisição de senhas de refeições, que não é correcto que a Câmara estivesse a querer alterar o processo, mas a seguir uma recomendação da área jurídica, no sentido de que cabe à Autarquia emitir as facturas aos encarregados de educação, uma vez que é contratante da empresa que fornece as refeições. Foi tentado que o procedimento fosse efectuado através dos agrupamentos, mas não resultou. Decorrem ainda reuniões com os agrupamentos e as Juntas de Freguesia, uma vez que é difícil o tratamento directo com cerca de 3000 encarregados de educação, referindo ainda que prefere que este processo seja descentralizado.

O **Sr. Vereador Dr. Capão Filipe**, no uso da palavra, disse que também somente nesta data havia recebido os convites para a inauguração da Feira de Março. Deu conhecimento que havia participado no encerramento do seminário sobre prostituição patrocinado pela Caritas Diocesana de Aveiro, com todas as Caritas da Região Centro, sendo este um problema complexo em termos de intervenção de Acção Social. Disse estar em acção o Projecto RIA – Rede de Intervenção de Aveiro, em que a Câmara aumentou a comparticipação sobre uma unidade móvel, uma carrinha com equipamentos diversos, que visita diversas Freguesias e faz aconselhamento multidisciplinar às prostitutas nos locais de acção, identificando as necessidades dessas pessoas, para promover a sua dignificação e a intervenção também no agregado familiar. Lembrou ainda da importância de que as acções também sejam dirigidas aos clientes e proxenetas.

Sobre a mobilidade, referiu-se ao documento herdado do mandato anterior, o Plano de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, submetido a ampla discussão na a sociedade civil de Aveiro, e que deve servir de base para a continuação da afirmação de Aveiro como uma cidade competitiva, em termos de qualidade de vida e de referência em Portugal. Havia uma série de acções que não chegaram a ser postas em prática, dado que o final do mandato anterior não o permitiu, para as quais foi agora elaborado novo cronograma e uma regulamentação financeira, e ao final do presente mandato será feito o ponto da situação. Entre os diversos capítulos, destacou o da mobilidade que pretende cumprir para Aveiro, priorizando, pela ordem, primeiro o peão, depois o ciclista, a seguir o transporte público e somente depois o uso do automóvel ligeiro. Como exemplo, do que foi ou está a ser feito, a pedonalização do Canal do Cojo (não previsto mas por nós concretizado), rampas de desnivelamento em frente à Ourivesaria Vieira e em todo o centro de Esgueira e outras zonas da cidade, acessibilidades da zona histórica, desenvolvimento do transporte multimodal, para que o automóvel ligeiro fique na periferia e o uso da bicicleta individual se vulgarize.

No uso da palavra, o Sr. **Vereador Doutor Caetano Alves** começou por apresentar desculpas e explicar que o atraso na entrega dos convites para a inauguração da Feira de Março deveu-se à concessão de tolerância de ponto, que atrasou o seu envio por parte dos CTT e declarou o prazer que teria sido receber os convidados na inauguração.

Em relação à mobilidade, destaca o ponto sobre os táxis da Ria, para dizer que o problema começa onde o PS o deixou, ou seja, são precisos 20.000,00€ para pagar ao construtor, além de 150.000,00€ por mês, para subsidiar a actividade, não se constituindo uma prioridade, já que há outras mais importantes. Sobre as BUGA's, informa que tem havido reuniões com o operador das bicicletas das universidades, visando melhor eficácia na utilidade das BUGA's, que é um projecto do CDS/PP, do Eng.º Belmiro Torres Couto, no ano de 1996, implementado pelo PS e que será sedimentado e alargado.

Relativamente à referência feita à incapacidade da Administração da Moveaveiro, tem a dizer que sentiu-se incapaz sim, mas em compreender como foi posto em funcionamento um *ferry-boat* por 750.000,00€ quando por 300.000,00€ pode-se adquirir um, consultando a Internet. Assim como admite ter sido incapaz de vender a empresa, assim que lá chegou, que era o projecto do PS. Tem equacionado e gerido os problemas da empresa, de forma a minimizar o défice – que considera institucional, em razão da própria essência da empresa, que tem encargos de carácter social, como o transporte escolar –, para chegar a soluções que possam honrar o mandato do actual Executivo e o bom-nome da Câmara. Lembra que os debates havidos com os sindicatos, que tem sido chamado de incapacidade negocial, é o resultado da negociação que não houve, a falta de acordo com os trabalhadores, quando da sua deslocação dos serviços da Câmara para a Moveaveiro.

Pedi a palavra o Sr. **Vereador Dr. Nuno Marques Pereira**, para manifestar acreditar na sinceridade das explicações do Sr. Vereador Doutor Caetano Alves, quanto aos convites da Feira de Março e dizer que quanto aos táxis da Ria demonstra não conhecer todo o processo, que o que está pronto são protótipos e que o passo seguinte seria a implantação do projecto, o que não foi feito. Da mesma forma, em relação às bicicletas, estão a trocar tudo o que foi feito para sedimentar a “marca” BUGA pela permissão de que um “privado” faça negócio de aquisição de bicicletas com a Universidade de Aveiro. Disse que a intervenção nada mais foi do que um *requiem* aos táxis da Ria e às BUGA, e que esperava que os bons resultados que tem como empresário pudessem ser obtidos também como gestor da Moveaveiro. Em relação ao *ferry-boat*, lembrou que o Sr. Presidente aceitou a sua implantação “de alma e coração”, invocando o momento histórico que o Município vivia, sugerindo que a coligação deva entender-se quanto ao estar contra ou a favor deste. E quanto à Moveaveiro, pelo que sabe, nunca esteve nas cogitações do anterior executivo – e para dizer isto, consultou a Sr.ª Vereadora Dr.ª Marília Martins, ali presente – privatizar ou concessionar a empresa, e que havia uma relação franca e aberta com todos os sindicatos, com os cidadãos, que havia uma estratégia de mobilidade para o Município e que tudo foi abandonado. Disse não compreender porque o Plano de Mobilidade está a ser feito de forma desgarrada da Moveaveiro, com a estrutura da Câmara desintegrada, sem trabalhar em rede, essencial nas questões de mobilidade, e que os pontos apresentados pelo Sr. Vereador Dr. Capão Filipe, de facto ocorreram, mas sem uma estratégia definida e que muito pouco foi feito do que já estava delineado.

Pedi a palavra a Sr.^a **Vereadora Dr.^a Margarida Ferreira** para acrescentar algumas observações, já mencionadas pelo Sr. Vereador Dr. Nuno Marques Pereira, sobre o que disse o Sr. Vereador Dr. Capão Filipe, quando se referiu às medidas de planeamento urbano, e ao que já foi executado neste mandato, pedindo que, logo que possível, fosse trazido à Reunião de Câmara um relatório de execução das medidas previstas no Plano Municipal de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, já que está a meio dessa execução, havendo medidas que se iniciaram em 2006, outras em 2007, a fim de poder ser feito um ponto da situação do Plano.

De seguida o Sr. **Presidente**, solicitou a introdução na ordem do dia de um assunto urgente, que carecia de deliberação, ao abrigo do disposto no art. 83º, parte final, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção dada pela Lei 5-A/2005, tendo os elementos presentes deliberado, por unanimidade, aceitar a introdução do seguinte assunto:

FORNECIMENTO CONTÍNUO DE TINTAS PARA OS ANOS DE 2008: - No seguimento da informação DSU_DSG_15/08, da Divisão de Serviços Gerais, do Departamento de Serviços Urbanos, foi deliberado, por unanimidade, abrir procedimento, por consulta prévia, nos termos da alínea b) do n.º 1 do Artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 197/99, para o fornecimento acima referido, com a mesma estimativa de custos de 14.137,90€ (catorze mil cento e trinta e sete euros e noventa cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

Após a votação deste ponto foi retomada a Ordem do Dia.

FORNECIMENTO CONTÍNUO DE CIMENTO E ARGAMASSA PARA MATERIAIS CERÂMICOS PARA OS ANOS DE 2008 E 2009: - De acordo com a proposta formulada no relatório definitivo, elaborado pela comissão, foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira, que autorizou a adjudicação do fornecimento à Empresa MÁRIO RIBEIRO & FILHOS, LDA., pelos preços unitários apresentados na proposta do concorrente, datada de 16/02/2008, até ao limite de adjudicação de 13.000,00€(treze mil euros), para cada um dos anos de 2008 e 2009, ambos os valores acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

FORNECIMENTO CONTÍNUO DE TINTAS DE TRÁFEGO PARA OS ANOS DE 2008 E 2009: - De acordo com a proposta formulada no relatório definitivo, elaborado pela comissão, foi deliberado por unanimidade, adjudicar à Empresa à Empresa VOUGACOR - PRODUTOS SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA, LDA., para a opção com transporte, e pelos preços unitários apresentados na proposta do concorrente, datada de 21/02/2008, até ao limite de adjudicação de 28.000,00€ para cada um dos anos de 2008 e 2009, ambos os valores acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o fornecimento em referência.

Foi ainda deliberado, igualmente por unanimidade, aprovar minuta do respectivo contrato.

FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ARGAMASSAS BETUMINOSAS A QUENTE PARA OS ANOS DE 2008 E 2009: - De acordo com a proposta formulada no Relatório de Mérito das propostas, elaborado pelo Júri, foi deliberado por unanimidade, adjudicar à Empresa MOTA-ENGIL, PAVIMENTAÇÕES, S.A., para a opção com transporte, e pelos preços unitários apresentados na proposta do concorrente, datada de

22/02/2008, até ao limite de adjudicação de 30.000,00€ para cada um dos anos de 2008 e 2009, ambos os valores acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o fornecimento em referência.

Foi ainda deliberado, igualmente por unanimidade, aprovar minuta do respectivo contrato.

FORNECIMENTO CONTÍNUO DE SINAIS DE TRÂNSITO PARA OS ANOS DE 2008 E 2009: -

De acordo com a proposta formulada no Relatório de Mérito das propostas, elaborado pelo Júri, foi deliberado por unanimidade, adjudicar à Empresa TRAFIURBE - COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MÁQUINAS PARA SINALIZAÇÃO, S.A, para a opção com transporte, e pelos preços unitários apresentados na proposta do concorrente, refª 2950/2008, datada de 19/02/2008, até ao limite de adjudicação de 35.000,00€ para cada um dos anos de 2008 e 2009, ambos os valores acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, o fornecimento em referência.

Foi ainda deliberado, igualmente por unanimidade, aprovar minuta do respectivo contrato.

FORNECIMENTO PARA RENOVAÇÃO DE SERVIDORES DE SOFTWARE DE GESTÃO

INTEGRADA: - De acordo com a proposta formulada na Informação n.º 8007, de 29.02.2008, da Divisão de Gestão de Serviços Informáticos, do Departamento de Informática, foi deliberada e aprovada por unanimidade a ratificação do despacho do Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira que autorizou a abertura do procedimento para aquisição dos novos equipamentos, por ajuste directo, ao abrigo dos contratos públicos de aprovisionamento celebrados pela Direcção Geral do Património, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 86 do DL 197/98, de 8 de Junho.

EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO TERMINAL MULTIMODAL DE CACIA: - De acordo

com a proposta formulada na Informação n.º 155.Damb.08, de 6.03.2008, da Divisão de Ambiente, do Departamento de Desenvolvimento e Planeamento Territorial, foi deliberado, por unanimidade, emitir uma adenda ao Alvará de Licença Especial de Ruído n.º 1, em nome do Consórcio OPWAY / PROMORAIL / EDIFER, para o período de 18 de Março a 30 de Maio de 2008, período superior a um mês, de acordo com o modelo anexo, dispensando o requerente do cumprimento dos valores limite previstos na legislação em vigor, conforme disposto no n.º 8 do Artigo 15.º do Regulamento Geral do Ruído, uma vez que se trata de uma obra de infra-estruturas de transporte, em que, por várias razões de segurança e de carácter técnico, não é possível interromper os trabalhos.

TRÂNSITO: - De acordo com a Informação n.º 111/DT/2008, da Divisão de Trânsito, integrante do Departamento de Projectos e Gestão de Obras Municipais, foi aprovada, por maioria, com 6 votos a favor, do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Dr. Capão Filipe, Dr. Pedro Ferreira, Doutor Caetano Alves, Dr.ª Marília Martins e Dr.ª Margarida Ferreira, e 2 abstenções, dos senhores Vereadores Dr. Nuno Marques Pereira e Dr. Rocha Andrade, a proposta de criação de uma área de estacionamento na Rua Luís Gomes de Carvalho, com a marcação de 21 lugares.

ALIENAÇÃO DE BENS: - De acordo com a Informação nº 150/2008 da Divisão de Notariado e Contratação Pública, do Departamento Jurídico, para se poder alienar a casa nº 4, do Bairro Social da Covilhã – Eixo, conforme deliberação de Câmara de 5.11.2007, foi deliberado, por unanimidade, declarar que o prédio em questão pertence ao Município de Aveiro e que este dele sempre usufruiu como entendeu, à vista de todos, nele praticando os actos materiais correspondentes ao direito de propriedade plena, na convicção de não lesar o direito de outrem, exercendo essa posse sem interrupção, sem dúvidas, querelas, questões ou oposição de quem quer que fosse, por mais de vinte anos. Mais, foi deliberado, igualmente por unanimidade, a celebração da escritura de justificação de acordo com a minuta que se anexa.

HABITAÇÃO SOCIAL: - De acordo com a Informação nº 72/08/DAHS/HS/05, de 7.03.2008, da Divisão de Habitação Social, do Departamento de Habitação e Acção Social, foi deliberado aprovar, por unanimidade, a ratificação do pedido de parceria com a PROEDUCARE - Associação para a Educação e Formação, sem custos pecuniários para a Câmara, para candidaturas às tipologias 2.2 - Cursos EFA e 6.1 - Formação para a inclusão do POPH .

LUSITANIAGÁS, S.A: - Foi deliberado, por maioria, com sete votos a favor e uma abstenção do Senhor Vereador Dr. Nuno Marques Pereira, nomear o Sr. Vereador DOUTOR GONÇALO NUNO CAETANO ALVES, para representar a Câmara Municipal de Aveiro, na qualidade de accionista da empresa, na Assembleia Geral Anual desta, agendada para o próximo dia 28 de Março, podendo nela intervir e deliberar em nome da autarquia, sobre os assuntos que se mostrarem convenientes.

CONCURSO "AVEIRO JOVEM CRIADOR": - No seguimento da informação nº 31/08 da Divisão de Juventude, do Departamento de Educação, Juventude e Desporto, foi deliberado, por unanimidade, autorizar a realização do concurso supracitado, estando prevista a entrega de inscrições e trabalhos de 7 de Abril a 13 de Junho, conforme normas de participação anexas à referida informação.

XVIII FITUA – FESTIVAL INTERNACIONAL DE TUNAS DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO:
- Na sequência do ofício apresentado pela Tuna Universitária de Aveiro, a solicitar apoio, para a realização da XVII FITUA – FESTIVAL INTERNACIONAL DE TUNAS DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO, nos dias 25 e 26 de Abril, e da informação n.º 15 da Divisão do Centro Cultural e de Congressos, do Departamento de Cultura, foi deliberado, por unanimidade, que a Câmara de Aveiro se associasse ao evento, enquanto parceira, assumindo a totalidade dos respectivos custos (estimados em 3.200,00 €+IVA), e aprovar seguinte apoio:

- Utilização do Grande Auditório nos dias 25 e 26 de Abril (total 1500€+ IVA);
- Pequeno Auditório para ensaios nos dias 25 e 26 de Abril (total 500€+ IVA);
- Colocação de stand para venda de “Merchandising” no Hall de entrada do CCCA;
- Instalação de Bilheteira no Hall de entrada do CCCA, nos dias 14,15,16,17,18, 21,22,23,24,25 e 26 de Abril das 18h às 22h00;
- Colocação de faixas publicitárias no Grande Auditório e respectivo “Foyer”;

- Utilização do projector de vídeo e do circuito interno vídeo e áudio do CCCA (custo total de 300€+ IVA);
- Utilização do sistema de som (custo total de 400€+ IVA);
- Utilização do “Vídeo-Wall” do CCCA (custo total de 300€+ IVA);
- Colocação do cenário do XVIII FITUA, no Grande Auditório;
- Colocação de faixa alusiva ao XVIII FITUA na fachada exterior do CCCA de 17 a 26 de Abril (custo de 5€/m2);
- Colocação de 1 viatura “Stand Publicitário” no passeio exterior do CCCA (8x4m) (custo de 100€ unidade/dia);
- Colocação de insuflável Publicitário no passeio exterior do CCCA (custo de 5€/m2/mês);
- Utilização de separadores/Biombos do CCCA, para controlo organizado da afluência dos espectadores nos dias 25 e 26 de Abril;
- Montagem de stand para distribuição de cerveja no “Foyer do 1º andar e montagem do “Vídeo-Wall”
- Autorização para utilização do estacionamento lateral do CCCA, para utilização por parte da organização do XVIII FITUA.

HALCON STREET ACTION: - De acordo com a informação nº 20-AR, de 5.03.2008, da Divisão de Desporto, do Departamento de Educação, Juventude e Desporto, foi deliberado, por unanimidade, ceder o apoio logístico proposto para a realização do evento supramencionado, direccionado principalmente às escolas, fomentando a prática de várias modalidades desportivas.

APROVAÇÃO EM MINUTA: - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro, tendo a mesma sido distribuída por todos os Membros da Câmara Municipal, e por eles assinada.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião às 23:50h. Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que foi assinada pelo Sr. Presidente da Câmara Dr. Élio Manuel Delgado da Maia e por mim, Maria Teresa Rodrigues Marques, Chefe de Secção da Divisão de Organização e Administração.
